
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ÍNDICE

Espaço Econômico Brasileiro I	2
O Início do Século XX e os “Barões” do Açúcar	4
Mineração	5
Economia Cafeeira	6
Borracha na Amazônia	7

Espaço Econômico Brasileiro I

O Nordeste brasileiro é a região onde mais se percebem os traços da colonização brasileira. Em algumas capitais como Salvador, Recife e São Luís, existem até hoje igrejas e sobrados erguidos naquele momento.



Igreja Nossa Senhora do Carmo, construída em 1580, é a primeira igreja carmelita das Américas.

A ocupação colonial, voltada somente para o enriquecimento da metrópole, deixou marcas profundas nas realidades sociais e econômicas do Nordeste brasileiro. Essa colonização foi baseada na economia canavieira. As primeiras mudas de cana chegaram ao Brasil com Martim Afonso de Sousa, em 1531. Em pouco tempo a lavoura canavieira foi introduzida na Zona da Mata nordestina. Na segunda metade do século XVI, a região nordeste da colônia havia se firmado como o centro da empresa agrícola.

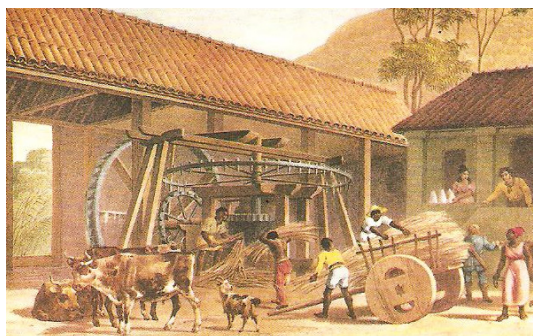
ECONOMIA COLONIAL NORDESTINA – SÉC.XVI



FAE. Atlas histórico escolar. São Paulo: 1993, p.15.

O açúcar produzido nos engenhos era transportado por rios ou em carros de boi até os portos exportadores – Recife e Salvador. A maioria dos navios era de origem portuguesa, porém, os comerciantes eram holandeses que refinavam e negociavam o produto. A empresa agrícola implantada pelos colonizadores no século XVI fincou-se no litoral.

O Nordeste concentra um conjunto de mitologias políticas e sociais de bases geográficas. O Nordeste é, antes de tudo, uma “invenção”, uma região “socialmente produzida”. No século XVI, ele praticamente se resumia à cana-de-açúcar, onde se expandiam as *plantations* e se multiplicavam os engenhos de cana. O cultivo da cana-de-açúcar foi a primeira atividade econômica que deu origem a várias cidades e iniciou a ocupação territorial do Nordeste. Os engenhos de açúcar localizavam-se na faixa litorânea, onde as condições naturais eram mais favoráveis ao cultivo do produto. O litoral úmido do Nordeste, que se estende do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia, foi uma das primeiras áreas brasileiras a serem colonizadas pelos portugueses.



Engenho de açúcar, de Johann Moritz Rugendas (1802-1858).

Por ter sido a primeira área de ocupação esta área foi – por praticamente dois séculos – a área mais desenvolvida do país, e o estado de Pernambuco o mais rico. Porém, o declínio da cana-de-açúcar na metade do século XIX, devido a concorrência exercida pelas Antilhas e o desenvolvimento da região Sudeste do país tornaram-na a mais desenvolvida do país, aliada é claro a estagnação do território nordestino.

A pressão europeia contra Portugal e Espanha, pela ocupação das terras americanas no hemisfério sul, fez aflorar a condição açucareira como base para efetivar tal ocupação. O massapê é um solo encontrado principalmente no litoral nordestino, constituído a partir da decomposição de rochas com características minerais de gnaisses. A condição climática da Zona da Mata garantiu os primeiros passos da agroexportação brasileira.

A sociedade açucareira era patriarcal. A maior parte dos poderes se concentrava nas mãos do senhor de engenho. Com autoridade absoluta, submetia todos ao seu poder: mulher, filhos, agregados e qualquer um que habitasse seus domínios. Cabia-lhe dar proteção à família, recebendo, em troca, lealdade e deferência.

Estrutura de produção na economia agrária colonial do sistema de plantation tinha as seguintes características principais:

Monocultura;

Latifúndio;

Mão de obra escrava;

Produção voltada para o mercado externo;

Nas principais regiões produtoras de açúcar, litoral da Bahia e de Pernambuco, foram rapidamente instaladas dezenas de unidades produtoras, os engenhos. Inúmeros fatores contribuíram para o êxito da ocupação açucareira no Nordeste litorâneo, entre elas destacamos:

Posição geográfica favorável;

Mão de obra escrava;

Domínio da tecnologia de produção;

Farto capital holandês;

Mercado europeu em expansão

Na segunda metade do século XVI, teve início o processo de decadência da economia açucareira, diretamente relacionada à concorrência da produção antilhana. Nessa área da América colonial, os holandeses, depois de terem sido expulsos do Brasil, em 1654, montaram um complexo produtor de açúcar, onde desenvolveram técnicas modernas, possibilitando o aumento da produtividade, um custo menor de produção e, conseqüentemente, um menor preço para o mercado.

“A monocultura da cana no Nordeste acabou separando o homem da própria água dos rios; separando-o dos próprios animais – “bichos do mato” desprezíveis ou então considerados no seu aspecto único de inimigos da cana, que era preciso conversar à distância dos engenhos (como os próprios bois que não fossem os de carro). E não falemos aqui da distância social imensa que a monocultura aprofundou, como nenhuma outra força, entre dois grupos de homens – os que trabalham no fabrico do açúcar e os que vivem mal ou voluptuosamente dele”.

FREYRE, Gilberto. O Nordeste. 4. ed. São Paulo: Editora José Olímpio, 1967. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

Com isso, o Brasil, que até então tinha uma relação de monopólio com o mercado de açúcar, não se adaptou à nova relação de concorrência. Da condição de primeira exportadora mundial de açúcar, a colônia portuguesa passava a ocupar a quinta posição entre os principais produtores, recuperando uma posição de destaque, um século depois, ou seja, no final do século XVIII, dentro do Renascimento Agrícola.

Na metade do século XIX, uma recuperação leve alavanca novamente a economia do estado, marcada ainda pelo crescimento da economia açucareira, que no fim do século sofre com uma nova oscilação orquestrada pelo mercado externo, e traz novos problemas para o “açúcar” que diante disso volta-se ao mercado interno como forma de amenizar a crise.

Uma nova expansão da economia articulada à agroindústria açucareira criou em Pernambuco uma atividade industrial fornecedora de insumos e equipamentos para esta própria indústria (que nos dias de hoje é a agroindústria com a maior/melhor infraestrutura no Nordeste) principalmente no setor metalmeccânico, bem como a têxtil com base no algodão nordestino e no mercado regional, então protegido por barreiras de custos de transporte, ao tempo em que o Brasil vai adotando o modelo de industrialização substitutiva.

O Início do Século XX e os “Barões” do Açúcar

O governo no início do século XX, de maneira indireta, contribuiu e muito com os famosos “barões do açúcar” na região Nordeste. Na década de 1930, a agricultura canavieira paulista começou a competir com a nordestina, devido a sua modernização e ampliação de base técnica.

O governo criou nesse contexto o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), com o objetivo de criar cotas de produção de açúcar entre os estados brasileiros e garantir um preço mínimo para o produto. Assim, o IAA garantia uma parcela do mercado açucareiro aos produtores da Zona da Mata nordestina, com destaque para Pernambuco, além de garantir preços compatíveis com seus custos.



Durante longa data o IAA contribuiu para a presença do açúcar nordestino no mercado nacional. Porém, com o passar dos anos, a estratégia e a instituição mostraram-se ineficientes e retrógrados. Em 1990, o IAA foi extinto e fez com que as perdas dos produtores nordestinos frente à produção paulista.

Mineração

Somente no século XVIII é que a mineração realmente passou a dominar o cenário brasileiro, intensificando a vida urbana da colônia, além de ter promovido uma sociedade menos aristocrática em relação ao período anterior, representado pelo ruralismo açucareiro.

A mineração, marcada pela extração de ouro e diamantes nas regiões de Goiás, Mato Grosso e principalmente Minas Gerais, atingiu o apogeu entre os anos de 1750 e 1770, justamente no período em que a Inglaterra se industrializava e se consolidava como uma potência hegemônica, exercendo uma influência econômica cada vez maior sobre Portugal.



Lavagem de ouro em Itacolomi, Rugendas, 1827.

Marcada por criar riqueza na Europa e deixar no Brasil um sem número de buracos – a mineração cria condições para o surgimento de centros populacionais importantes na Região Sudeste.

Nesse mesmo período, em que na América espanhola o esgotamento das minas irá provocar uma forte elevação no preço dos produtos, o Brasil assistia a passagem da economia açucareira para mineradora, que, ao contrário da agricultura e de outras atividades, como a pecuária, foi submetida a uma rigorosa disciplina e fiscalização por parte da metrópole.

Já por ocasião do escasso e pobre ouro de lavagem achado desde o século XVI, em São Vicente, tinha-se promulgado um longo regulamento estabelecendo a livre exploração, embora submetida a uma rígida fiscalização, onde a coroa reservava-se o direito ao quinto, ou seja, a quinta parte de todo ouro extraído. Com as descobertas feitas em Minas Gerais na região de Vila Rica, a antiga lei é substituída pelo Regimento dos Superintendentes, Guardas-mores e Oficiais Deputados para as Minas de Ouro, datado de 1702. Esse regimento se manteria até o término do período colonial, apenas com algumas modificações.

Havia duas formas de extração aurífera: a lavra e a faiscação. As lavras eram empresas que, dispondo de ferramentas especializadas, executavam a extração aurífera em grandes jazidas, utilizando mão de obra de escravos africanos. A faiscação era a pequena extração representada pelo trabalho do próprio garimpeiro, um homem livre, de poucos recursos, que excepcionalmente poderia contar com alguns ajudantes. A extração mineral não se restringiu apenas ao ouro. O século XVIII também conheceu o diamante, no vale do rio Jequitinhonha, sendo que, durante muito tempo, os mineradores que só viam a riqueza no ouro, ignoraram o valor desta pedra preciosa, utilizada inclusive como ficha para jogo.

A atividade mineradora no Brasil, como já dissemos, provocou uma alteração na estrutura colonial, ou seja, provocou mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais.

A mineração alterou o eixo econômico da vida colonial do litoral nordestino para a região Centro-Sul; incentivou a intensificação do comércio interno, uma vez que se fazia necessário o abastecimento da região das minas – aumento da produção de alimentos e da criação de gado; surgimento de rotas coloniais garantindo a interligação da região das minas com outras regiões do Brasil.

Por estas rotas, as chamadas tropas de mulas levavam e traziam mercadorias. Entre estas mercadorias, destaca para o negro africano, transportado da decadente lavoura açucareira para a região das minas.

Houve também um enorme estímulo à importação de artigos manufaturados, em decorrência do aumento populacional e da concentração de riquezas. Houve um enorme aumento populacional nas regiões das minas. Tal crescimento demográfico altera a composição e estrutura da sociedade. A sociedade passa a ter um caráter urbano e se multiplica o número de comerciantes, intelectuais, pequenos proprietários, funcionários públicos, artesãos.

A sociedade torna-se mais politizada, graças à vinda de imigrantes e, com eles, a entrada das ideias iluministas – liberdade, igualdade e fraternidade.

Na segunda metade do século XVIII, a mineração entra em decadência com a paralisação das descobertas. Por serem de aluvião, o ouro e diamantes descobertos eram facilmente extraídos, o que levou a uma exploração constante, fazendo com que as jazidas se esgotassem rapidamente.

Economia Cafeeira

Por tudo que representou, podemos considerar a economia cafeeira como o grande divisor de águas no processo da formação econômica do Brasil. O esgotamento da atividade mineradora disponibilizou a mão de obra escrava. Com custo menor que atividade açucareira, pois a abundância de terras garantia um investimento menor, a atividade cafeeira, introduzida a partir da Baixada fluminense, ganhou mais espaço pelo Vale do Paraíba, estendendo-se até Minas Gerais e Espírito Santo.

Uma nova gestão comercial se insere no cenário nacional, diferente da colonial. A evolução para a República acaba garantindo expansão, que sofre seu primeiro tropeço com as Leis abolicionistas. No entanto, prontamente substituída por forte processo migratório, essa nova mão de obra chega ao Brasil com condições diferentes do negro transplantado da África para o Brasil. Oriunda de um continente que já vivenciava etapas mais avançadas no seu processo produtivo – o imigrante garante situação diferenciada de produção. Estrutura de transporte (ferrovia), exportação (porto) fazem a atividade crescer.

O curto espaço de tempo em que a produção cafeeira se estabeleceu foi suficiente para encerrar as constantes crises econômicas observadas desde o Primeiro Reinado. Depois de se fixar nos mercados da Europa, o café brasileiro também conquistou o paladar dos norte-americanos, fazendo com que os Estados Unidos se tornassem nosso principal mercado consumidor.



Colheita e seleção de café na fazenda de Santa Ubaldina, 1921. Bebedouro (SP).

Ao longo dessa trajetória de ascensão, o café, nos finais do século XIX, representou mais da metade dos ganhos com exportação. Somente a Crise de 1929 (Bolsa de Valores de Nova Iorque) fez economia cafeeira frear seu crescimento. Mesmo assim, até hoje, divide com a Colômbia a excelência do café mundial. Não podemos negar a importância da acumulação de capital do ciclo do café para o processo de Industrialização do Brasil.

Borracha na Amazônia

A Amazônia, durante muito tempo, ficou conhecida pelas expedições que visavam a aprisionar índios ou a buscar as drogas do sertão – especiarias e plantas como castanha, cravo, canela, baunilha, madeiras aromáticas, guaraná, entre outras – que eram vendidas à Europa e rendiam algum dinheiro aos exploradores.

A sua ocupação se deu de diversas maneiras ao longo do tempo. No século XVII, a instalação de uma fortificação portuguesa na foz do Rio Amazonas, o Forte Presépio, deu origem à cidade de Belém. No século XVIII, chegaram as missões religiosas, que tinham o objetivo de catequizar os índios, e várias expedições militares, organizadas para defender o território.

A exploração da borracha começou no fim do século XIX. Esse produto passou a ser muito usado na Europa e nos Estados Unidos, o que levou a uma grande procura e à sua valorização no mercado mundial. Por isso, a extração do látex das seringueiras nativas na região amazônica se intensificou. Já no início do século XX, centenas de imigrantes japoneses instalaram-se em núcleos coloniais, principalmente no Pará, e introduziram a agricultura comercial da pimenta-do-reino.



A segunda Revolução Industrial coloca nas ruas o transporte de combustão interna. Com ele, a borracha passa a ocupar espaço importante na pauta de exportações do país. O Brasil passou a exportar toneladas de borracha, principalmente para as fábricas de automóveis norte-americanas. As principais regiões produtoras de borracha eram os estados do Pará e Amazonas, utilizando a extração do látex das seringueiras, que havia em abundância na região da floresta amazônica

Esta rápida expansão da produção de borracha atraiu grande quantidade de trabalhadores para a região, principalmente nordestinos que fugiam da seca nordestina e estavam em busca de emprego e melhores condições de vida. Na primeira década do século XX, o Brasil tornou-se o maior produtor e exportador mundial de borracha. Em 1910, por exemplo, chegou a exportar, aproximadamente, 40 mil toneladas do produto.

Este crescimento econômico da região amazônica foi acompanhado de significativo desenvolvimento urbano. Muitas cidades surgiram e outras se desenvolveram como, por exemplo, Manaus. O comércio interno aumentou significativamente e a renda dos habitantes melhorou. Esta euforia contribuiu para a construção de casas, prédios públicos, estradas, teatros e escolas. A produção asiática e a criação da borracha sintética acabaram por diluir o ciclo na Região Norte do país.

Exercícios**01. Podemos dizer que a economia mineradora do século XVIII, no Brasil:**

- a)* era escravocrata, rigidamente estratificada do ponto de vista social e tinha em seu topo uma classe proprietária bastante dependente do capital holandês.
- b)* baseava-se na grande propriedade e na produção para exportação; estimulou o aparecimento das primeiras estradas de ferro e gerou a acumulação de capital posteriormente aplicado em indústrias.
- c)* era voltada principalmente para as necessidades do mercado interno; utilizava o trabalho escravo e o livre; difundiu a pequena propriedade fundiária nas regiões interioranas do Brasil.
- d)* estimulou o aparecimento de cidades e da classe média; estruturava-se na base do trabalho livre do colono imigrante e da pequena propriedade.
- e)* era rigidamente controlada pelo Estado; empregava o trabalho escravo, mas permitia também o aparecimento de pequenos proprietários e trabalhadores independentes; acabou favorecendo, indiretamente, a acumulação capitalista que colaborou com a Revolução Industrial inglesa.

Gabarito

01 - E